

11.3.4. Estrutura Produtiva e Dinâmica Econômica

11.3.4.1. Introdução

Este estudo tem por objetivo caracterizar a economia dos municípios da área de influência indireta da instalação do projeto da UHE Tijuco Alto, criando bases para a compreensão de seus impactos diretos e indiretos. O estudo baseia-se nos aspectos gerais do processo de ocupação dos municípios e de desenvolvimento dos principais eixos de crescimento econômico da região.

A Área de Influência Indireta (AII) é constituída pelos seguintes municípios: Apiaí, Barra do Chapéu, Itapirapuã Paulista e Ribeira, pertencentes à microrregião de Capão Bonito (no estado de São Paulo); Adrianópolis, Cerro Azul e Doutor Ulysses na microrregião de Cerro Azul, e Rio Branco do Sul inserido na microrregião de Curitiba (esses quatro últimos localizados no estado do Paraná).

Em 1990, o distrito de Varzeão, pertencente ao município de Cerro Azul emancipou-se, dando origem ao município de Vila Branca que, posteriormente (1993), passou a chamar-se Doutor Ulysses. Em 1991, Apiaí subdividiu-se e deu origem a dois novos municípios: Itaóca e Barra do Chapéu, e o município de Itapirapuã Paulista surgiu da divisão do município de Ribeira (Lei nº 7.664 de 30/12/1991).

11.3.4.2. Metodologia

Para o diagnóstico da economia regional e análise dos impactos da implantação do projeto da UHE Tijuco Alto, foram coletados e analisados dados secundários da área de influência do empreendimento, consolidando e ampliando os resultados de estudos anteriores relativos a cada um dos setores econômicos de destaque na região. Para a análise foram sobrepostas as dinâmicas local, regional e nacional, integrando o papel das regiões metropolitanas na condução do desenvolvimento local. Foram utilizadas bases estatísticas da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relacionadas aos Censos Agropecuários e à Pesquisa Agrícola Municipal e Pesquisa Pecuária Municipal, do Instituto de Economia Agrícola (IEA), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico (IPARDES), DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral). A caracterização histórica da região baseou-se principalmente nos estudos de BRAGA (1999), CASTRO (2002) e ROMÃO, PETTI e MONTEIRO (2003) e documentos dos programas de esforço desenvolvimentista do Vale do Ribeira, efetuados por várias secretarias do Governo de São Paulo (Agricultura e Abastecimento, Meio Ambiente e Planejamento) e do Paraná (Universidade Federal do Paraná e IPARDES).

11.3.4.3. Caracterização Econômica Regional

A rede urbana da Região Sudeste do Brasil sedia duas metrópoles mundiais, São Paulo e Rio de Janeiro, tendo traçado um caminho de interiorização do desenvolvimento econômico que reforçou a articulação entre centros urbanos e engendrou as atuais estruturas de interação social entre as capitais de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte com as cidades interioranas através dos eixos rodoviários, principalmente. A metrópole e a rede urbana paulista predominam dentre as de outros Estados, criando forças aglomerativas que promovem a articulação do capital privado, desenvolvendo uma ampla rede de transações de bens e serviços, à guisa de atritos entre a dinâmica do crescimento econômico e exclusão nas cidades pequenas, e nas periferias de centros urbanos médios e grandes.

A região Sul, por sua vez, desenvolveu centros urbanos partir da década de 1970, com modernização da atividade agropecuária e promoção da industrialização. No Paraná, foram

ampliadas as cidades de Londrina, Maringá e Curitiba, que atraíram pessoas do meio rural e esvaziaram outras localidades.

A articulação regional, através dos canais de transporte e comunicação em conjunção com a exploração de recursos nas diversas localidades, cria uma relação de dinamismo regional e forma os eixos de desenvolvimento dos Estados, onde indivíduos partilham padrões de consumo e hábitos sociais. Historicamente, o vale do Ribeira esteve à margem dos processos de desenvolvimento regional tanto no Estado de São Paulo quanto no Paraná. O reflexo disso é evidente no momento atual, ao se verificar o baixo dinamismo econômico dos municípios e baixo nível de rendimentos *per capita* em relação a seus Estados. Contudo, foi verificado no Brasil e nos estados de São Paulo e Paraná, de 1999 a 2002, um incremento no PIB a preço de mercado corrente e no PIB *per capita* na maioria dos municípios da AI, conforme mostra o Quadro 11.3.4/01. Cerro Azul e Doutor Ulysses constituíram-se em exceções a esse comportamento, pois tiveram queda significativa no PIB, em 2001, em relação a 1999, com pequena recuperação no ano seguinte. Isso provavelmente está relacionado a problemas ocorridos no setor agropecuário, que se constitui em atividade básica desses municípios, pois houve redução bem acentuada no seu valor adicionado em 2001. No ano de 2000 ocorreu uma perda de cerca de 14 milhões de caixas de frutas cítricas produzidas em Cerro Azul, pois apodreceram antes que pudessem ser transportadas, devido à precariedade das estradas após intensas chuvas ocorridas na região.

QUADRO 11.3/401 - PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇO DE MERCADO E PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES, UNIDADES DA FEDERAÇÃO E MUNICÍPIOS - 1999-2002.

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios	Produto Interno Bruto							
	1999		2000		2001		2002	
	A preço de mercado corrente (1 000 R\$)	Per capita (R\$)	A preço de mercado corrente (1 000 R\$)	Per capita (R\$)	A preço de mercado corrente (1 000 R\$)	Per capita (R\$)	A preço de mercado corrente (1 000 R\$)	Per capita (R\$)
Brasil	973 845 470	5 771	1 101 254 907	6 430	1198736188	6 896	1346027825	7 631
São Paulo	340 281 481	9 251	370 818 992	9 919	400 629 083	10 547	438 148 296	11353
Apiai	141 029	5 198	180 916	6 651	155 727	5 710	212 057	7 756
Barra do Chapéu	11 683	2 409	13 388	2 766	14 407	2 980	15 327	3 176
Itapirapuã Paulista	9 379	2 632	9 601	2 669	12 945	3 564	13 874	3 782
Ribeira	9 747	2 759	9 669	2 786	11 004	3 229	11 889	3 555
Paraná	61 723 959	6 489	65 968 713	6 847	72 770 350	7 457	81 449 312	8 241
Adrianópolis	20 202	2 847	22 835	3 318	23 993	3 598	26 611	4 123
Cerro Azul	83 957	5 138	114 393	6 988	73 071	4 455	75 801	4 613
Doutor Ulysses	37 916	6 365	40 025	6 596	29 289	4 741	33 151	5 270
Rio Branco do Sul	213 705	7 304	253 744	8 614	290 841	9 807	328 931	8242

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais (dados de 2002 sujeitos à revisão)

a) Aspectos Gerais do Processo de Ocupação

A Bacia do Rio Ribeira de Iguape, localizada entre as regiões sul do estado de São Paulo e nordeste do estado do Paraná, apresenta problemas relacionados ao relevo, bastante íngreme para a exploração agrícola, mas rico em minerais como as rochas calcárias características nos municípios de Apiaí e Ribeira. Dentro dos limites do estado de São Paulo, a região do Vale do Ribeira caracteriza-se por ter tido pequeno desenvolvimento e crescimento econômico, tendo como principais atividades não-industriais a agricultura, pecuária, produção madeireira, pesca e extração mineral. Isso ocorreu principalmente devido a fatores ambientais, como relevo, clima e cobertura vegetal, além dos socioeconômicos, e do isolamento político regional.

O desenvolvimento da região esteve atrelado ao rio Ribeira de Iguape e seus principais afluentes, que oferecem acesso ao interior apesar de haver inundações em suas várzeas. A partir do século XVII o rio Ribeira foi utilizado para transporte do ouro, minérios e para escoamento de pequeno excedente agrícola. Emergiram, a partir de então, as localidades e os municípios de Ribeira, Iporanga, Barra dos Pilões, Barra do Batatal, Ivaporunduva, Eldorado, Sete Barras e Registro. O garimpo alcançou o município de Cerro Azul e, mais tarde, o planalto curitibano.

No século XVIII houve um êxodo populacional do Vale do Ribeira para Minas Gerais, em função do declínio da atividade mineradora na região. A situação de decadência do Vale estendeu-se até a primeira metade do século XIX, época em que algumas partes da região (baixada), concentrando-se em Registro, se desenvolveram com a introdução de chá e arroz por imigrantes japoneses. No Alto Vale do Ribeira ocorreu desenvolvimento apenas no município de Apiaí, devido à construção do prolongamento da rodovia Raposo Tavares.

A região do Ribeira, no lado paranaense, não tomou parte nos diferentes ciclos econômicos do estado, predominando na região uma estrutura agrária centrada em grandes latifúndios. Na década de 1940 houve maior dinamismo nessa parte do Vale do Ribeira, sendo construída a estrada de rodagem ligando o município de Cerro Azul à rodovia São Paulo-Curitiba. Esse empreendimento facilitou o escoamento da produção agrícola e melhorou o acesso a outras regiões. Nessa época, empresas mineradoras foram introduzidas na região em função da descoberta de jazidas argentíferas no Alto Ribeira, entre os municípios de Cerro Azul e Adrianópolis, e também no lado paulista da bacia.

Atrelada à exploração mineral e à construção do sistema viário interligando São Paulo, Curitiba e Santos (BR-116) houve valorização das terras da região no início dos anos de 1960 e, a partir dessa época, iniciaram-se conflitos no setor fundiário quanto à posse da terra, especulação imobiliária, formação de grandes latifúndios por empresas de mineração, reflorestamento e pecuária. Todas essas alterações causaram início do processo de desequilíbrio ecológico, devido à destruição dos recursos naturais.

Na década de 1970 ocorreram algumas ações governamentais para melhoria da infraestrutura básica dessa região, inclusive a construção de estradas vicinais. Dentro do estado de São Paulo a rede ferroviária foi recuperada e ampliada, inclusive com a ligação de Apiaí ao trecho Itararé-Itapeva, para atender o escoamento da produção de cimento.

Com a crescente urbanização, no início dos anos de 1970, ocorreu acentuada migração rural dessa região para os municípios de São Paulo e Curitiba, além de outros vizinhos. No início dessa década a mesorregião de Curitiba possuía, juntamente com a mesorregião norte-central, a maior participação na renda do estado. De maneira geral, constatou-se crescimento populacional em todos os municípios do Vale do Ribeira, especialmente nos que possuíam nível maior de ocupação econômica das terras agrícolas. Na mesorregião de Curitiba, 19 municípios vêm crescendo mais do que a média do estado a partir de então. O município de Adrianópolis constituiu-se numa exceção à recuperação do seu crescimento no curto prazo em relação aos demais municípios. Isso se justifica por não haver mais produção de chumbo, mineral de grande expressão econômica no município, devido à falência da empresa de metalurgia Plumbum, na década de 1990.

Apesar desses avanços, na década de 1980 e início da década de 1990, essa região ainda apresentava problemas sérios de infraestrutura de transporte, com precariedade das estradas vicinais, de transmissão de energia e de saneamento básico, inclusive no tratamento de esgoto sanitário. Em função das características pluviométricas da região, existem despesas elevadas de manutenção das estradas, principalmente nas vicinais não pavimentadas. Paralelamente aos problemas socioeconômicos, 36,55% das Unidades de

Conservação do Estado de São Paulo estão concentradas no Vale Ribeira, fator frequentemente apontado como causa de seu baixo desenvolvimento.

Em relação às principais atividades econômicas deve-se destacar que a produtividade agrícola é comprometida pelas condições físicas. Nas décadas de 1980 e 90 havia predomínio de minifúndios de subsistência e de latifúndios improdutivos ou destinados para pesquisa mineral, com atividade pecuária pouco desenvolvida e pouco rentável. Em relação às indústrias instaladas na região, destacam-se a Fábrica de Cimentos Eldorado, em Apiaí, e Serrana S.A. em Registro, e Rio Branco do Sul, com maior concentração de mão-de-obra destinada à atividade industrial.

O setor de serviços restringe-se apenas ao comércio varejista de pequeno porte, com destaque para Apiaí e Registro. Entre os municípios de Apiaí e Iporanga existe o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira. Nesses municípios existem jazidas de gábro e reservas grandes de chumbo, além de outros minérios como hematita, manganês, zinco e ouro.

De acordo com estudos realizados no início da década de 80 estimava-se que poderiam ser explorados no Vale do Ribeira: 110 milhões de toneladas de areia, 1,6 bilhões de toneladas de calcário, 13 milhões de toneladas de caulim, 110 mil toneladas de ferro, 3,2 milhões de toneladas de fertilizantes fosfatados naturais, 204 milhões de toneladas de granito, 1,5 milhões de toneladas de mármore e 329 mil toneladas de talco.

Os principais problemas detectados na década de 1980 para essa região foram os seguintes:

- ✓ A estrutura fundiária que se caracterizou como um problema social relevante no Vale do Ribeira. Está relacionado a divergências quanto à posse legítima e documentada da terra, decorrentes de terras devolutas (de patrimônio público), apropriadas por pessoas que exercem o direito de posse sem ter tido registro imobiliário (posseiros) ou com propriedade conferida em cartório a mais de uma pessoa, podendo desestimular investimentos de melhoria da infra-estrutura dos imóveis rurais.
- ✓ Várzeas sujeitas a inundações, dificultando o melhor aproveitamento das terras mais aptas para a produção agrícola.
- ✓ Rede de estradas vicinais mal conservadas e insuficientes, dificultando o escoamento de produtos para outros locais, principalmente os agrícolas.
- ✓ Grande diferenciação tecnológica entre as grandes propriedades e as pequenas, sendo essas geralmente de subsistência, baixa produtividade, com adoção de tecnologias rudimentares e compostas por produtores com baixo nível de instrução.
- ✓ Conflitos entre exploração florestal, agrícola, pesqueira e mineral, acarretando alterações no meio ambiente.

b) Aspectos Macro-Regionais e Eixos de Crescimento Econômico Regional

A região objeto de análise desenvolveu-se em torno do eixo Curitiba – São Paulo. Desse modo, para a caracterização da macro-área, são apresentadas algumas informações sobre seus respectivos estados. As atividades urbanas dominam a formação do PIB dos estados e regiões atingidas, como a indústria de transformação e as infra-estruturas, exigindo que políticas e ações públicas envolvam a tomada de decisões que levem em consideração uma forte distinção entre municípios. As aglomerações urbanas se distinguem pela forte concentração de demandas, convivendo com a desigualdade social, a insuficiência do emprego e carências por serviços públicos. O esforço desenvolvimentista do Vale do

Ribeira, iniciado nas décadas de 1970 e 80, repercutiu de maneira positiva nessa região. Contudo, nas duas últimas décadas houve uma dinamização de algumas cidades no Paraná e de alguns eixos de desenvolvimento regional que provocaram o esvaziamento da região.

De maneira geral, os estados de São Paulo e do Paraná tiveram aumento significativo no PIB total entre os anos de 1989 a 2002, com recuperação crescente a partir de 1994 (Quadro 11.3.4/02), sendo que em relação ao PIB total, a economia paulista corresponde, em média, a 5,5 vezes à paranaense. Apesar da indústria de transformação ter tido decréscimo no PIB nos anos analisados, ainda possui participação expressiva nos dois estados, representando em 2002, 29,97% do PIB paulista e 23,6% do PIB paranaense, conforme mostra o Quadro 11.3.4/03. A agropecuária, por outro lado, aumentou sua importância em relação aos demais setores econômicos, principalmente em São Paulo, pois no Paraná sofreu conseqüências do esgotamento da fronteira agrícola. Com as mudanças nos panoramas político e econômico brasileiro, a intermediação financeira, por outro lado, reduziu de maneira significativa sua participação nos dois estados nesse período, apesar de pequena recuperação entre 1999 e 2002. O PIB do setor de transporte e armazenagem, apenas nos últimos anos tem tido recuperação crescente, atrelado ao Plano Plurianual 1996/99 implantado pelo governo da União nesse período.

QUADRO 11.3.4/02 – EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS DE SÃO PAULO E DO PARANÁ, ENTRE 1989 E 2002 (EM REAIS).

SETORES DE ATIVIDADE	PIB (R\$ milhões)							
	SÃO PAULO				PARANÁ			
	1989	1994	1999	2002	1989	1994	1999	2002
Total	361,44	323,17	368,72	370,17	60,00	57,73	66,88	68,81
Agropecuária	14,22	18,51	16,15	27,47	8,45	8,76	8,91	10,61
Indústria de Transformação	166,89	113,21	98,30	110,96	19,29	13,93	13,47	16,24
Eletricidade, Gás e Água	9,95	12,12	13,61	10,76	6,59	6,44	7,88	6,01
Construção	20,18	20,90	24,78	21,07	6,59	6,44	7,88	6,01
Comércio e Reparação	28,54	26,87	25,96	23,28	4,09	4,82	4,20	4,90
Alojamento e Alimentação	3,70	2,34	5,06	4,75	1,05	1,08	0,80	0,73
Transporte e Armazenagem	5,82	5,24	4,02	7,10	1,87	1,61	1,42	1,47
Comunicações	3,98	5,06	10,87	9,52	0,54	0,83	1,71	1,32
Intermediação Financeira	86,84	62,58	27,50	35,87	10,08	6,32	2,93	4,01

Fonte: Contas Regionais do Brasil – 1985-2002, Fundação IBGE, 2005

QUADRO 11.3.4/03 – EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS DE SÃO PAULO E DO PARANÁ POR SETORES DE ATIVIDADES, ENTRE 1989 E 2002 (PERCENTUAL).

SETORES DE ATIVIDADE	PERCENTUAL (%)							
	SÃO PAULO				PARANÁ			
	1989	1994	1999	2002	1989	1994	1999	2002
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária	3,94	5,73	4,38	7,42	14,09	15,18	13,32	15,42
Indústria de Transformação	46,17	35,03	26,66	29,97	32,16	24,14	20,14	23,60
Eletricidade, Gás e Água	2,75	3,75	3,69	2,91	10,98	11,15	11,78	8,73
Construção	5,58	6,47	6,72	5,69	10,98	11,15	11,78	8,73
Comércio e Reparação	7,90	8,31	7,04	6,29	6,81	8,35	6,28	7,11
Alojamento e Alimentação	1,02	0,72	1,37	1,28	1,74	1,86	1,20	1,05
Transporte e Armazenagem	1,61	1,62	1,09	1,92	3,11	2,78	2,13	2,14
Comunicações	1,10	1,57	2,95	2,57	0,90	1,45	2,56	1,92
Intermediação Financeira	24,03	19,36	7,46	9,69	16,81	10,95	4,38	5,83

Fonte: Contas Regionais do Brasil – 1985-2002, Fundação IBGE, 2005

- Esforço Desenvolvimentista - Incentivos Federais e Estaduais

Nas décadas de 1970 e 80, o desenvolvimento socioeconômico da região litorânea do estado de São Paulo, que abrange Litoral Norte, Baixada Santista e Vale do Ribeira – Litoral Sul, esteve sob a gestão da Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA). No início dos anos de 1970, ações complementares foram realizadas pelo Governo paulista para viabilizar o aumento da produtividade do setor rural por meio de Programa Especial de Crédito Rural e da criação do Centro de Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira (CEDAVAL). Nessa época, a economia dessa região estava centrada na exploração do chá e da banana. Já existiam problemas no sistema viário, em parte, devido ao clima, principalmente na época das chuvas e pela má conservação das estradas, encarecendo o custo dos transportes, com exceção da rodovia Régis Bittencourt (BR-116). Juntamente com o Governo Federal foram destinados recursos para a implantação, melhoria e conservação das estradas, construção de pontes e contratação de pessoal de apoio e compra de material para manutenção dos equipamentos por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Litoral-Vale do Ribeira (PROAP).

Com vistas a aumentar a qualidade de vida da população, por meio de crescimento econômico, foi criado o Programa de Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira (PRODAVAR) na década de 1980, com foco central na agricultura e na pesca, contando com o apoio logístico do CEDAVAL.

Nessa época outro modal de transporte foi finalizado, a ferrovia da FEPASA (Ferrovias Paulistas S.A.), visando o escoamento dos minérios. A partir dos anos 80, do século passado, a Estrada de Ferro Norte do Paraná era praticamente utilizada para o transporte de cimento da Fábrica Votorantim em Rio Branco do Sul, mesmo após a sua privatização em 1997, integrando a Ferrovia Sul-Atlântica (em 1998 passou a ser denominada América Latina Logística – ALL).

A partir da década de 80, a SUDELPA passou a ter também função ambientalista, pois dentro da visão de desenvolvimento sustentável da época, os problemas ambientais ficaram interligados às questões socioeconômicas.

Em 1987 foi criado o Programa de Regularização do Domínio das Terras Devolutas no Vale do Ribeira para resolver problemas relacionados aos posseiros, ligado ao Plano Diretor do Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira. Entre 1980 e 1985 foi registrada uma pequena redução na área dos estabelecimentos rurais, em função das políticas públicas adotadas nesse período. Com a criação das Secretarias do Meio Ambiente e de Assuntos Fundiários, a SUDELPA foi extinta em 1993.

A partir dessas novas diretrizes de desenvolvimento sustentável o turismo ganhou força como alternativa para a região, e programas foram criados com investimentos direcionados para esse ramo de atividade. Em 1999, o Vale do Ribeira foi declarado Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco.

Entre 1996 e 1999, foi implantado o Programa Estadual para a Conservação da Biodiversidade (PROBIO/SP), no estado de São Paulo, com a atuação do Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira (CODIVAR), por meio da ação de várias entidades governamentais, inserindo suas atividades dentro da “Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira”.

Em 2002 foi atualizado o inventário de ecoturismo do Vale do Ribeira, inserido dentro do projeto de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Ribeira de Iguape.

Por iniciativa da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, para que o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica pudesse ser realizado, em 2003 foi firmado empréstimo de US\$ 10 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Com esse financiamento objetiva-se melhorar a infra-estrutura de importantes parques do Vale do Ribeira, beneficiando os municípios de Guapiara, Iporanga, Sete Barras, Cananéia, Apiaí, Jacupiranga, Barra do Turvo e Cajati.

No estado do Paraná há o Programa Vale do Ribeira da Universidade Federal do Paraná – UFPR, com ações voltadas para a melhoria do ensino, pesquisa e extensão nas áreas de saúde, educação e desenvolvimento do turismo sustentável junto às comunidades de municípios mais carentes (baixo IDH-M) do Vale do Ribeira no lado paranaense. Em 1997/98, os municípios de Adrianópolis, Cerro Azul e Doutor Ulysses receberam recursos do Governo Federal, em média R\$ 126,3 mil, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, para a construção de centros de comercialização de leite, açúcar mascavo, beneficiamento de grãos, aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas e também para a melhoria das estradas vicinais. Em 2003, por iniciativa da Secretaria da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul, do estado do Paraná, foram plantados 190 hectares de *Pinus*-spp em Cerro Azul, para fins de reflorestamento e aproveitamento da reserva florestal.

c) Dinâmica da Economia e Inserção da All na Economia Regional

Em função do isolamento do Vale do Ribeira, as atividades econômicas desenvolvidas na região estão relacionadas principalmente à agricultura familiar e extração (mineral e vegetal). Nos municípios da All tem sido registrado fluxo migratório de saída da região, mais acentuado nas décadas de 1980 e 90, atribuído à baixa qualidade de vida, à renda familiar pequena e falta de oportunidades de trabalho. Essa situação tem se agravado com os anos, reforçada pelo aparecimento de bolsões de pobreza nas áreas urbana e rural. A partir de 1996, em alguns municípios da All, observa-se pequena recuperação do contingente populacional, nas zonas urbana e rural.

O turismo vem sendo apontado como alternativa econômica para o desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira, em função da riqueza de suas áreas naturais, formação do solo calcário, diversidade climática, rica hidrografia e áreas preservadas, funcionando também como mecanismo de proteção e gestão de seus recursos naturais. Esse ramo de atividade está atrelado a outros setores, serviços, hospedagem e alimentos, que constituem equipamentos de apoio à atividade turística. Dentre as modalidades disponíveis para essa região, pode-se citar: ecoturismo (visita a cavernas, caminhadas, ciclismo, pesca, *trekking*), turismo de aventura (escaladas, rapel, vôos livres, *canoing*, *rafting*), turismo rural (visitas a propriedades de agricultura familiar) e turismo cultural. O ecoturismo diferencia-se dos demais segmentos, pois propicia menor impacto no meio natural e cultural, aliado à disseminação dos princípios de educação ambiental. Dentre os municípios que possuem o maior número de atrativos no Vale do Ribeira, do lado paulista destacam-se Iporanga, Iguape, Pedro de Toledo, Apiaí, Tapiraí e Cananéia. No município de Apiaí, além de possuir áreas de proteção ambiental, a hospedagem destina-se a visitantes das cavernas do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR) e demandas da empresa Camargo Corrêa, situada nesse município.

No entanto, para que seja viável a continuidade desses empreendimentos, há a necessidade do envolvimento das comunidades próximas às áreas de conservação, e que deficiências no saneamento básico, sistema educacional, sistema viário e de abastecimento sejam solucionadas. No caso de Ribeira, por exemplo, apesar de haver no município atividades turísticas (turismo rural, turismo de aventura e ecoturismo), em alguns bairros da zona rural ainda não há tratamento de esgoto e a captação de água é realizada diretamente das nascentes.

A conservação das estradas afeta não apenas o escoamento da produção agrícola como também industrial (extrativa) e desestimula a instalação de outros tipos de empreendimentos nos municípios da região. Dentre as estradas com estado precário de conservação, e sem pavimentação adequada, pode-se citar: BR-101; BR-116 (rodovia Régis Bittencourt); PR-092 (Rodovia dos Minérios), que liga Curitiba a Cerro Azul e Doutor Ulysses, abrange também Rio Branco do Sul, possui pavimentação natural. A BR-476 (Estrada da Ribeira), que no sentido Norte e Sul liga Curitiba à Adrianópolis, recentemente (1º semestre de 2005) teve seu capeamento asfáltico concluído; espera-se, portanto, que as condições de trânsito melhorem entre estes dois municípios. Além dessas estradas principais, as vicinais também são utilizadas para transporte de produtos, e também apresentam problemas de manutenção, devido à carência de infra-estrutura e equipamentos das prefeituras municipais. Além das rodovias, há também possibilidade de transportar os produtos pela ferrovia, FEPASA, como é o caso do município de Apiaí.

- Setores de Atividade da PEA e Base Econômica dos Setores Chave

Assim como os estados de São Paulo e Paraná, os municípios da AII concentram suas empresas no setor terciário, conforme mostra o Quadro 11.3.4/04, sendo que os municípios de Apiaí, Rio Branco do Sul e Cerro Azul possuem maior número absoluto de estabelecimentos alocados nesse setor. O município de Doutor Ulysses destaca-se dos demais pela maior participação relativa do setor primário comparativamente aos demais municípios da AII.

QUADRO 11.3.4/04 – DISTRIBUIÇÃO DE EMPRESAS NOS ESTADOS DE SÃO PAULO E PARANÁ E MUNICÍPIOS DA AII, 2002.

DESCRIÇÃO	PRIMÁRIO	%	SECUNDÁRIO	%	TERCIÁRIO	%	TOTAL
São Paulo	8.892	0,59	169.871	11,31	1.322.739	88,09	1.501.502
Apiaí	22	2,48	48	5,41	818	92,12	888
Barra do Chapéu	4	4,65	3	3,49	79	91,86	86
Itapirapuã Paulista	1	1,22	1	1,22	80	97,56	82
Ribeira	5	6,10	8	9,76	69	84,15	82
Paraná	4.146	1,10	50.667	13,41	32.3119	85,50	377.932
Adrianópolis	8	7,92	8	7,92	85	84,16	101
Cerro Azul	29	7,32	20	5,05	347	87,63	396
Doutor Ulysses	11	15,94	7	10,14	51	73,91	69
Rio Branco do Sul	34	4,28	111	13,98	649	81,74	794

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, 2002.

A maior concentração de empresas no setor terciário reflete, para a maioria dos municípios da AII, na obtenção de maior valor adicionado dos serviços seguido pela agropecuária, de acordo com o Quadro 11.3.4/05. Cerro Azul e Doutor Ulysses constituem-se em exceções, uma vez que os valores adicionados do setor agropecuário representam, respectivamente, 65,62% e 71,10% em relação ao total gerado em cada um desses municípios. Apesar de concentrar suas empresas no setor terciário, Rio Branco do Sul obtém maior valor adicionado do setor secundário e retém o maior PIB a preço de mercado corrente em relação aos demais municípios da AII. O desempenho de Apiaí é o segundo melhor dessa área de influência e agrega valores adicionados praticamente equivalentes dos setores secundário e terciário (38% e 37%, respectivamente). Além disso, o número de habitantes e o valor dos impostos recebidos nesses dois municípios é bem superior aos demais da AII.

QUADRO 11.3.4/05 – VALOR ADICIONADO E PIB DOS SETORES CHAVE DA ECONOMIA DOS MUNICÍPIOS DA AII, 2002.

Municípios	Valor adicionado				Dummy Financeiro ¹	Impostos	PIB a preço de mercado corrente ²
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total			
Apiáí	44512	68039	64763	177314	2813	37556	212057
Barra do Chapéu	5391	1869	7980	15241		86	15327
Itapirapuã Paulista	5895	1042	6851	13788		85	13874
Ribeira	2867	1815	6603	11285		604	11889
Adrianópolis	7587	3826	9243	20656	87	6042	26611
Cerro Azul	45861	1747	22282	69890	622	6532	75801
Doutor Ulysses	21004	917	7619	29540		3610	33151
Rio Branco do Sul	16971	199296	65445	281712	2031	49250	328931
Municípios	Percentual do valor adicionado (%)						
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total			
Apiáí	25,10	38,37	36,52	100,00			
Barra do Chapéu	35,37	12,26	52,36	100,00			
Itapirapuã Paulista	42,75	7,56	49,69	100,00			
Ribeira	25,41	16,08	58,51	100,00			
Adrianópolis	36,73	18,52	44,75	100,00			
Cerro Azul	65,62	2,50	31,88	100,00			
Doutor Ulysses	71,10	3,10	25,79	100,00			
Rio Branco do Sul	6,02	70,74	23,23	100,00			

¹ O *dummy* financeiro representa o diferencial entre os juros recebidos e os pagos, isto é, juros imputados como receita às instituições financeiras que não correspondem ao valor efetivo gerado nessa atividade. O que se considera é que as instituições financeiras apropriam-se do valor gerado em outras atividades, pela intermediação financeira, o que implica uma dupla contagem no valor adicionado. Portanto, esse diferencial deve ser descontado no final, não sendo possível a identificação dos setores da economia nos quais este foi gerado.

² O Produto Interno Bruto (PIB) a preço de mercado corrente é obtido pela soma do valor adicionado total e dos impostos, excluindo o valor do *dummy* financeiro

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais (dados de 2002 sujeitos a revisão)

Em relação ao setor primário, composto por agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal, pesca e indústrias extrativas, verifica-se que há predomínio de empresas e de mão-de-obra em atividades extrativas em Ribeira, Adrianópolis e Rio Branco do Sul, enquanto nos municípios de Apiáí, Cerro Azul e Doutor Ulysses, há uma maior concentração de empresas e de pessoal ocupado no setor agropecuário (Quadro 11.3.4/06). A análise dessas estatísticas em termos absolutos deve ser feita com reservas, devido ao pequeno número de ocorrências que formalmente são apresentadas, particularmente nos casos de Itapirapuã Paulista, Ribeira e Adrianópolis, sendo, no entanto, validadas nas comparações, pelas observações de campo. Dentre os municípios da microrregião de Capão Bonito, em Apiáí há cultivo expressivo de tomate envarado que, em 2000, representou 17% da produção do estado de São Paulo, segundo dados do Instituto de Economia Agrícola - IEA. Em Itapirapuã Paulista a pecuária de corte é representativa e nos outros municípios dessa microrregião há destaque para cereais, milho e feijão.

QUADRO 11.3.4/06 – EMPRESAS ATUANTES NO SETOR PRIMÁRIO DA ECONOMIA, SEGUNDO MUNICÍPIOS DA AII, 2002.

Municípios	Total	Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	%	Pesca	%	Indústrias extrativas	%
Apiaí	22	15	68,18	0	0,00	7	31,82
Barra do Chapéu	4	2	50,00	0	0,00	2	50,00
Itapirapuã Paulista	1	1	-	0	-	0	-
Ribeira	5	2	40,00	0	0,00	3	60,00
Adrianópolis	8	3	37,50	0	0,00	5	62,50
Cerro Azul	29	21	72,41	3	10,34	5	17,24
Doutor Ulysses	11	10	90,91	0	0,00	1	9,09
Rio Branco do Sul	34	6	17,65	0	0,00	28	82,35

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais (2002)

Dentre os minerais que ocorrem nessa região destacam-se calcário, calcita, caulim, apatita, fosforita, dolomito, galena argentífera (minério de chumbo), garnierita (minério de níquel), magnetita, mármore, pirita e zinco. O município de Apiaí concentra a atividade mineral, onde se localiza a Companhia Camargo Corrêa a qual explora grandes jazidas de calcário para a fabricação de cimento. Com a criação de legislação ambiental e de unidades de conservação a partir da década de 1980, a indústria de mineração passou a ter dificuldades de se expandir na região. A Votorantim, sediada em Rio Branco do Sul, desde 1991 realiza o co-processamento dos resíduos do processo de fabricação do cimento em fornos, sem a geração de resíduos adicionais. Em 2002 foram co-processados cerca de 10 mil toneladas de resíduos por mês.

Em relação ao setor agropecuário pode-se, também, verificar as diferenças entre os municípios da AII por meio dos investimentos, receitas e despesas realizados em 1996, apresentados no Quadro 11.3.4/07. Apiaí e Cerro Azul destacam-se em relação aos demais pelas receitas obtidas nesse ano. Os maiores investimentos foram realizados pelos municípios da microrregião de Cerro Azul (Adrianópolis, Cerro Azul e Doutor Ulysses). É provável que esse resultado esteja associado à expansão da exploração do pinus na região. O município de Itapirapuã Paulista registrou as menores despesas em relação aos demais.

QUADRO 11.3.4/07 – VALOR DOS INVESTIMENTOS, RECEITAS E DESPESAS DO SETOR AGROPECUÁRIO NOS MUNICÍPIOS DA AII, 1996.

Municípios	Agropecuária (R\$) ¹ - período de 01-08-95 a 31-07-96		
	Despesa	Investimento realizado	Receita
Apiaí	14.403,10	1.022,31	12.090,25
Barra do Chapéu	736,49	503,31	1.940,40
Itapirapuã Paulista	370,94	198,84	801,39
Ribeira	731,68	260,01	1.083,67
Adrianópolis	2.291,62	2.053,24	2.636,38
Cerro Azul	3.924,13	1.781,04	10.526,36
Doutor Ulysses	1.719,81	1.158,03	4.094,80
Rio Branco do Sul	745,33	709,23	2.605,43

¹R\$ de 2000 - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995-1996

No município de Rio Branco do Sul, devido à presença de matéria-prima para fabricação do cimento (calcário) dentro de seus limites territoriais, destaca-se economicamente esse componente da construção civil. Segundo dados do IPARDES, esse setor representa 25,14% do valor adicionado para o município, especialmente devido à atuação da empresa Cimento Portland. Apesar da região ter grande expressão no setor terciário (representava 48,98% do valor adicionado do comércio e 49,66% dos serviços em 1996, em relação ao

total do estado), há grande número de municípios com base econômica agrícola. É o caso do município de Cerro Azul, com predomínio do cultivo de laranja, porém com renda baixa em relação a Curitiba (em média cinco vezes menor e com a menor faixa de rendimento). Além disso, nesse município há destaque para extração de fluorita, matéria-prima utilizada no setor de metalurgia. O setor primário representava apenas 5,31% do valor adicionado do estado, segundo dados de 1996, enquanto que o extrativismo mineral dessa mesorregião representa 55,59% do valor adicionado no estado.

- Estrutura Fundiária e de Posse da Terra

Pelo Quadro 11.3.4/08 observa-se que, nos municípios da All, há predomínio de estabelecimentos agropecuários de pequeno e médio porte, com áreas de até 100 hectares. Nos municípios de Apiaí, Cerro Azul, Doutor Ulysses e Rio Branco do Sul predominam pequenas propriedades, com áreas de até 10 hectares, representando, respectivamente, 72,79%, 60,71%, 54,36% e 50,84% em relação ao número total dos seus estabelecimentos. Por outro lado, nos demais municípios quase metade de suas propriedades possuem área entre 10 e 100 hectares e o número total de suas propriedades varia de 262 a 502, bem menor do que nos outros quatro municípios inicialmente citados com número de estabelecimentos entre 832 e 2568.

QUADRO 11.3.4/08 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA DOS MUNICÍPIOS DA All, 1996 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL

Municípios	Número de Estabelecimentos Agropecuários							s/ declaração	Total
	menos de 10	10 a 100	100 a 200	200 a 500	500 a 2000	2000 e +			
Apiaí	880	260	31	25	11	2	0	1209	
Barra do Chapéu	106	328	28	14	5	0	0	481	
Itapirapuã Paulista	69	123	36	23	11	0	0	262	
Ribeira	142	128	21	14	5	1	0	311	
Adrianópolis	192	218	38	37	17	0	0	502	
Cerro Azul	1559	902	71	23	11	2	0	2568	
Doutor Ulysses	617	452	37	18	8	3	0	1135	
Rio Branco do Sul	423	379	19	7	4	0	0	832	
Total	3988	2790	281	161	72	8	0	7300	

Municípios	Distribuição percentual (%)							s/ declaração	Total
	menos de 10	10 a 100	100 a 200	200 a 500	500 a 2000	2000 e +			
Apiaí	72,79	21,51	2,56	2,07	0,91	0,17	0,00	100,00	
Barra do Chapéu	22,04	68,19	5,82	2,91	1,04	0,00	0,00	100,00	
Itapirapuã Paulista	26,34	46,95	13,74	8,78	4,20	0,00	0,00	100,00	
Ribeira	45,66	41,16	6,75	4,50	1,61	0,32	0,00	100,00	
Adrianópolis	38,25	43,43	7,57	7,37	3,39	0,00	0,00	100,00	
Cerro Azul	60,71	35,12	2,76	0,90	0,43	0,08	0,00	100,00	
Doutor Ulysses	54,36	39,82	3,26	1,59	0,70	0,26	0,00	100,00	
Rio Branco do Sul	50,84	45,55	2,28	0,84	0,48	0,00	0,00	100,00	

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995-1996

Existe uma concentração da posse da terra em grandes propriedades nos municípios da All, com exceção apenas de Cerro Azul e Rio Branco do Sul, onde as áreas de pequeno e médio porte representam mais da metade dos estabelecimentos agropecuários desses municípios, conforme mostra o Quadro 11.3.4/09. Os municípios de Cerro Azul, Apiaí, Adrianópolis e Doutor Ulysses concentram a maior área em estabelecimentos agropecuários quando comparados com os demais municípios da All, no entanto, essas diferenças não refletem necessariamente diferenças no dinamismo econômico, estando associadas, também, às dimensões territoriais desses municípios, que, em grande parte, são

caracterizados por um setor agropecuário pouco desenvolvido considerando-se tanto o padrão paulista como o paranaense.

QUADRO 11.3.4/09 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA DOS MUNICÍPIOS DA AII, 1996 – ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (HECTARE) E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL

Municípios	Área dos Estabelecimentos Agropecuários segundo a dimensão (em ha)							s/ declaração	Total
	menos de 10	10 a 100	100 a 200	200 a 500	500 a 2000	2000 e +			
Apiáí	1570,45	7383,11	3523,42	8014,97	10165,89	17059,94	0,00	47717,78	
Barra do Chapéu	489,44	8666,02	3286,36	3438,18	4704,48	0,00	0,00	20584,48	
Itapirapuã Paulista	251,52	4906,50	4837,09	6843,66	8220,74	0,00	0,00	25059,51	
Ribeira	482,29	4550,34	2900,05	3554,81	6768,73	2545,84	0,00	20802,07	
Adrianópolis	653,76	8212,11	5061,18	10737,52	19845,70	0,00	0,00	44510,27	
Cerro Azul	6516,66	26827,24	9897,92	6604,18	11499,80	4420,00	0,00	65765,81	
Doutor Ulysses	2255,01	14577,94	4819,96	5543,01	7149,80	9738,08	0,00	44083,80	
Rio Branco do Sul	1681,14	9791,84	2487,76	2355,30	3605,80	0,00	0,00	19921,84	

Municípios	Distribuição percentual (%)							s/ declaração	Total
	menos de 10	10 a 100	100 a 200	200 a 500	500 a 2000	2000 e +			
Apiáí	3,29	15,47	7,38	16,80	21,30	35,75	0,00	100,00	
Barra do Chapéu	2,38	42,10	15,97	16,70	22,85	0,00	0,00	100,00	
Itapirapuã Paulista	1,00	19,58	19,30	27,31	32,80	0,00	0,00	100,00	
Ribeira	2,32	21,87	13,94	17,09	32,54	12,24	0,00	100,00	
Adrianópolis	1,47	18,45	11,37	24,12	44,59	0,00	0,00	100,00	
Cerro Azul	9,91	40,79	15,05	10,04	17,49	6,72	0,00	100,00	
Doutor Ulysses	5,12	33,07	10,93	12,57	16,22	22,09	0,00	100,00	
Rio Branco do Sul	8,44	49,15	12,49	11,82	18,10	0,00	0,00	100,00	

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995-1996

- Relação entre Produção e Trabalho

Programas de desenvolvimento de atividades urbanas modernas estão presentes na região. As cidades exercem funções comerciais e de centro de oferta de serviços, incluindo-se aí, com destaque, a de concentração da força de trabalho disponível, mesmo que em sub-ocupação ou desemprego aberto.

A mão-de-obra formal em Cerro Azul encontra-se apoiada no setor terciário. Pelo Quadro 11.3.4/10 observa-se, que o setor terciário concentra a maior parte do pessoal ocupado (e assalariado) em quase todos os municípios da AII, com exceção de Doutor Ulysses, onde há em torno de 68% da mão-de-obra alocada no setor primário.

QUADRO 11.3.4/10 – DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DA AII, 2002.

Descrição	Pessoal ocupado (assalariado)						Total
	Primário	%	Secundário	%	Terciário	%	
Apiáí	138	6,39	403	18,67	1618	74,94	2159
Barra do Chapéu	-	-	2	-	98	-	-
Itapirapuã Paulista	0	0,00	0	0,00	89	100,00	89
Ribeira	16	10,88	19	12,93	112	76,19	147
Adrianópolis	12	5,43	34	15,38	175	79,19	221
Cerro Azul	266	31,04	56	6,53	535	62,43	857
Doutor Ulysses	308	67,84	93	20,48	53	11,67	454
Rio Branco do Sul	322	6,91	1605	34,43	2734	58,66	4661

Fonte: IBGE, Cadastro de Empresas